

E-GOV: Um Desafio aos Estudantes e Profissionais da Contabilidade

Dirlene Canavarro de Abreu

Graduanda em Ciências Contábeis,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Raquel Prediger Anjos

Doutoranda em Desenvolvimento Local pela UCDB, Bolsista CAPES/PROSUP;
Mestre em Contabilidade – UFPR
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

RESUMO

O presente artigo trata sobre o desenvolvimento do sistema do governo eletrônico (e-Gov) e os desafios proporcionados pelo mesmo ao dia a dia dos profissionais e estudantes de ciências contábeis, partindo do entendimento sobre a contabilidade, passando pelo surgimento da internet e da ampliação do conceito de tecnologia da informação e comunicação, como essas questões direcionaram para o surgimento do governo eletrônico, seu impacto e características dentro do âmbito de escritórios e salas de aula. O objetivo desta pesquisa é analisar se os profissionais e estudantes universitários da área contábil do Município de Três Lagoas – MS têm encontrado dificuldades na aplicação de tecnologias de informação e comunicação nas transmissões das obrigações acessórias através do e-Gov ou e-Government (governo eletrônico). A metodologia parte da fundamentação teórica explanada anteriormente e do levantamento e processamento de dados através de uma pesquisa de campo via questionário, gerando dados estatísticos e noções da realidade e conclusões sobre o impacto das responsabilidades governamentais no empenho profissional, futuro ou atual, de um contador. Os resultados da pesquisa de campo levaram ao questionamento da busca por mudanças e melhorias na grade curricular das universidades para o curso, pois as dificuldades testemunhadas durante as entrevistas, onde os alunos sequer conheciam a temática ou nunca tiveram acessado a alguma plataforma do governo, nem que por curiosidade ou para pesquisa escolar de alguma disciplina.

PALAVRAS-CHAVE: governo eletrônico; tecnologia da informação; contabilidade; obrigações acessórias.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade surgiu quando a sociedade percebeu a necessidade de acompanhar e proteger seus bens, na criação de seus animais, na plantação, na compra e venda mercantis. Como instrumento que fornece o máximo de informações úteis, a ciência contábil transforma e auxilia indivíduos na tomada decisões, dentro ou fora de uma empresa (HENDRIKSEN; BREDA, 2007). Com o tempo, o governo começa a implantação de sua plataforma com a utilização da tecnologia da informação e comunicação, primeiramente na arrecadação de impostos, tornando-a obrigatória para a maioria das empresas privadas.

Antes do governo eletrônico ou e-Gov (do inglês *electronic government*), o contador contábil trabalhava de maneira quase artesanal, com lançamentos

manuscritos em livros diários, relatórios e formulários, podendo com isso deixar de fora muitas informações importantes, por esquecimento ou mesmo por não saber como demonstrá-las. Era conhecido como “guarda-livros”. Cada trabalho executado demandava muito tempo e várias mãos de obra para executá-lo.

O crescimento da tecnologia da informação e da internet, influenciou nas mais variadas atividades humanas e, o contador não se afugentou das novas oportunidades de acesso, de exercer sua profissão, com qualidade e ganhos de produtividade.

Como uma tendência global, o e-Gov vem através do mundo e dos governos buscar esforços no desenvolvimento de políticas e de definições de padrões em termos de tecnologias da informação e comunicação (TICs) visando construir uma arquitetura multifacetada, a fim de munir os cidadãos com acesso às informações e serviços (SILVA FILHO, 2004).

A contabilidade busca sempre se adaptar às diversas mudanças que ocorrem na história da humanidade, a começar pelo método das partidas dobradas, evoluindo os sistemas de custos na Revolução Industrial. Hoje, o momento é digital, e a tecnologia impacta diretamente no trabalho do profissional contábil. Diversas declarações devem ser entregues eletronicamente, de forma correta e rápida aos empresários (MACPHERSON, 2018). Desta forma questiona-se aqui se: Quais as obrigações acessórias dos e-Gov que os profissionais e alunos da área de ciências contábeis do município de Três Lagoas têm encontrado maiores dificuldades no preenchimento e transmissões?

E-Gov é o uso da TIC a serviço do poder legislativo e executivo como forma de interagir e levar informações, serviços ou produtos a sociedade, as organizações e órgãos governamentais, tendo como seu maior objetivo transformar as estruturas e processos da administração pública, estreitando e promovendo o diálogo com os cidadãos, sem necessidade de estarem presentes, diminuindo assim o tempo de resposta, com qualidade, transparência e confiabilidade, fazendo uma administração eficiente.

Através da tecnologia da informação (TI), o governo intensifica diversas ações, proporcionando com isso, um crescimento de competitividade e ampliação na ferramenta para que a população tenha a cada dia, um maior e melhor acesso a essas informações.

O e-Gov surgiu no Brasil no ano 2000, com a criação do Comitê Executivo de

Governo Eletrônico, com o objetivo de determinar diretrizes e ações em prol da implantação adequada do e-Gov. No ano seguinte aconteceu o lançamento oficial da Política de Governo Eletrônico no Brasil, instituindo várias metas a serem atingidas durante os anos seguintes (BRAGA et al., 2008).

Ainda no ano de 2001, foi instituída a Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira (ICP-BRASIL), com a finalidade de garantir a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras (BRAGA et al., 2008).

O avanço tecnológico é inovador e impactante, e todos os fatores que são extraídos destas mudanças geram novas abordagens, não importando o âmbito trabalhado. Com a ciência contábil não é diferente.

Na contabilidade, o conceito da TIC ganhou seu espaço e passou a empregar novas maneiras de processar e retransmitir dados ligados à área. Essa portabilidade tecnológica é capaz de gerenciar informações, atividades comerciais, recursos e amparos financeiros, processamento, arquivamento e conferência de dados fundamentais para a organização do catálogo do cliente ou empresa. Além é claro dos portais governamentais, que podem facilitar imensamente o trabalho e processo das informações públicas da população.

Podemos perceber que a inclusão digital deve ser mais do que uma implementação política/social, deve permitir ações e estratégias concretas na transmissão e armazenamento das mais diversas informações, permitindo o altruísmo das competências públicas, privadas e da comunidade, e fornecendo aos servidores que se utilizam dos meios digitais como gestor do trabalho a capacidade de realizar suas atividades e cumprir metas com exatidão e transparência.

Lévy (2004 apud BRAGA et al., 2008) afirma que as propostas impostas pelo governo eletrônico atuam no sentido de simplificar os procedimentos administrativos, tornando o processo de produção legislativo mais transparente, aproximar o governo do cidadão via internet, e melhorar a eficácia e a competitividade da administração pública. Caso essas propostas do e-Gov não se tornem aplicáveis, o desempenho inadequado de seu sistema pode acarretar diversos problemas como a não aderência ao processo, pois o portal pode se demonstrar falho ou ultrapassado, a falta de conhecimento de como o programa funciona, já que suas ferramentas e aplicações

podem ser cheia de problemáticas, a não transparência das informações fornecidas, e o acesso reduzido, não atingindo a toda população.

A fim de trazer mais eficiência e confiabilidade no processo do governo eletrônico através da governança, a Estratégia de Governança Digital (EGD) uma proposta governamental instituída no ano de 2016 apresenta uma tabela de estratégias e metas para o aprimoramento e evolução do acesso a serviços públicos e informações via meio digital, apresentado abaixo (Figura 1).

Figura 1. Tabela de Estratégias e Metas para a Governança Digital.

EIXO	OBJETIVO	INICIATIVA	META
ACESSO À INFORMAÇÃO	Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos	Publicar bases de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos	2018: 2.000 2019: 2.200
	Promover a transparência por meio do uso de TIC	Aumentar o número de visitantes do portal da transparência	2018: 20 milhões 2019: 21 milhões
		Garantir o direito de acesso a informação	2018: 99,25% 2019: 99,50%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Ampliar a oferta e aprimorar os serviços públicos por meio da transformação digital	Catalogar serviços públicos no portal de serviços	2018: 1.790 2019: 2.000
		Ampliar os serviços digitais	2018: 780 2019: 850
		Massificar a emissão do Documento Nacional de Identificação – DNI para o cidadão	2018: 50.000 2019: 500.000
		Melhorar a informação sobre serviços públicos cadastrados no Portal de Serviços	2018: 75% 2019: 80%
		Ampliar o uso de serviços públicos digitais pela sociedade	2018: 64% 2019: - ⁽³⁾
		Implantar avaliação em serviços públicos digitais	2018: 50 2019: 100
		Ampliar o número de serviços públicos utilizando solução unificada de autenticação do cidadão	2018: 50 2019: 100
	Compartilhar e Integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura	Simplificar a integração entre serviços digitais por meio da plataforma de interoperabilidade de sistemas e dados do governo federal	2018: 15 2019: 30
		Consolidar o cadastro básico do cidadão	2018: 12 2019: 20
		Disponibilizar bases de dados de governo para subsidiar a avaliação de políticas públicas e a melhoria de serviços públicos pelos diferentes órgãos da APF	2018: 20 2019: 40
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Ampliar a participação social na melhoria das políticas e dos serviços públicos	Ampliar o número de consultas públicas realizadas em plataformas digitais	2018: - ⁽⁴⁾ 2019: 22%
		Aumentar o envolvimento da sociedade por meio da criação de um novo portal de participação social	2018: 1 2019: -

3 A coleta do indicador é realizada a cada dois anos, sendo 2018 o único ano de coleta para o período de vigência da EGD.
4 A coleta do indicador é realizada a cada dois anos, sendo 2019 o único ano de coleta para o período de vigência da EGD.

Fonte: Extraído de Documento Estratégia de Governança Digital – EGD / 2016 – 2019 – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Podemos observar que a tabela explana a grande necessidade de interação entre o Estado e o cidadão, procurando ampliar o alcance do sistema e dos serviços, garantindo a integridade das informações e a participação pública e privada. Essas estratégias se fazem fundamentais, não apenas num contexto geral, mas também em áreas específicas, como neste caso, para a contabilidade.

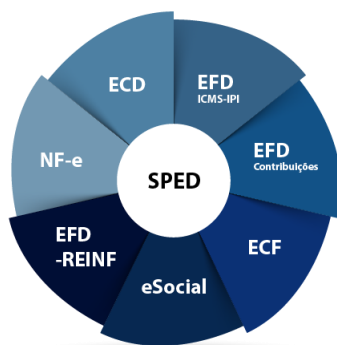
1.1 E-Gov e Ciência Contábil

O e-Gov dentro da ciência contábil se estabelece como uma ferramenta importante no processo de trabalho. Esta necessidade de adaptação a novas formas de realizar procedimentos contábeis, de maneira mais ágil e eficiente, apontou dificuldades de alguns profissionais de se integrarem com a tecnologia. E esta dificuldade enaltece a carência da entrada dos contadores a um novo cenário na TI.

Recolher e analisar processos contábeis através das novas tecnologias traz muitas vantagens e facilidades. A harmonização das normas de registro, mensuração e divulgação de informações da área contábil por meios digitais contribui para a expansão do trabalho e dos métodos, a fim de que possa ser compreendida, utilizada e retransmitida. O suporte oferecido pelo e-Gov no procedimento de documentos e registros contábeis definiu a necessidade de profissionais preparados e que contribuam positivamente nos setores empresariais e para com o cidadão.

O sistema do E-Gov é composto por vários recursos e atividades que precisam ser processadas e analisadas pelo serviço contábil. Recursos como o (eSocial), sistema público de escrituração digital (SPED), declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTF), cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED) entre outros conteúdos que fazem parte da agenda de cumprimentos na área da contabilidade. Essas atividades estão se tornando instituídas por lei, e devem ser cumpridas de acordo com as especificidades solicitadas. Mas, são processos complexos que exigem conhecimento e comprometimento por parte do contador, além de proporcionar mais segurança aos dados preenchidos e distribuídos.

Figura 2. Composição do SPED.



Fonte: Extraído de Domingos e Pinho Contadores, 2017.

No início do ano de 2007, o governo federal lançou o projeto do SPED (Figura 2) como parte integrante do Programa de Aceleração do Crescimento do Estado Brasileiro (PAC 2007-2010). O objetivo principal deste projeto é “promover a integração dos sistemas de fiscalização e arrecadação, racionalizando e uniformizando as obrigações acessórias para os contribuintes e, simultaneamente, tornando mais rápida a identificação de ilícitos tributários” (SEBOLD et al., 2012, pg. 28).

Já o eSocial, que deu seus primeiros passos em 2014, trata-se de um sistema com o intuito de consolidar o banco de dados do Ministério do Trabalho, Receita Federal, Caixa Econômica Federal e a Previdência Social, um Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas. Ou seja, visa unificar o envio dos dados sobre trabalhadores e modernizar o sistema de regras dos mesmos, com o objetivo de que o empreendedor tenha mais facilidade em cumprir exigências e contribuições governamentais.

É um repositório de informações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e fundiárias dos empregadores, formando um banco de dados único, que armazenará a vida laboral do trabalhador (com ou sem vínculo e de produção rural) pelo período de 35 anos, ou mais (...) O eSocial estabelece a forma com que passam a ser prestadas as informações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fiscais relativas à contratação e utilização de mão de obra onerosa, com ou sem vínculo empregatício, e de produção rural (PORTAL MGP CONSULTORIA, 2018).

O eSocial conta com a reunião de itens como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), o Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) disponibilizados em um único portal digital, evitando problemas de incompatibilidade de dados e cobranças.

Figura 3. Composição do eSocial.



Fonte: Extraído de PROFAP, 2018.

O SPED e o eSocial são os principais sistemas disponibilizados pelo Governo Eletrônico que devem ser piamente utilizados pelos contadores, a fim de aproximar o contato e a geração de informações entre cidadão e Estado. Com os passar dos anos, esses sistemas foram se atualizando, com a realização de constantes modificações, com novos requerimentos, aumentando o volume de informações e conseqüentemente, a complexidade e o grau de detalhamento dos serviços, além da obrigatoriedade exigida dos mesmos. E essas novas requisições vem gerando muitos debates sobre a necessidade da contabilidade de acompanhar essas mudanças.

2 OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa é analisar se os profissionais e estudantes universitários da área contábil do Município de Três Lagoas – MS têm encontrado dificuldades na aplicação de tecnologias de informação e comunicação nas transmissões das obrigações acessórias através do e-Gov.

3 MATERIAL E MÉTODOS

De caráter exploratória, esta pesquisa passa por uma análise bibliográfica onde, primeiramente analisou-se o impacto das tecnologias para o uso contábil. Posteriormente foi desenvolvida uma pesquisa de campo, aplicando-se um questionário fechado contendo dez questões onde o e-GOV, tendo como população estudada os contadores e estudantes de ciências Contábeis do município de Três Lagoas, MS. Este questionário tem o intuito de produzir resultados e uma análise a respeito do acesso ao e-GOV, suas implicações e regras, e compreender sua inserção no âmbito de trabalho do contador, gerando dados estatísticos. A amostra selecionada é intencional, e, portanto uma pesquisa não paramétrica, e baseou-se nos estudantes de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e das Faculdades Integradas de Três Lagoas-AEMS. Esses cursos são presenciais em instituições de ensino do município, além de diversos escritórios de contabilidade da cidade, totalizando 96 entrevistados, sendo 31 estudantes da UFMS do primeiro grupo, 34 estudantes da AEMS do segundo e 31 profissionais contábeis do terceiro. A pesquisa ocorreu entre os meses de agosto-setembro de 2019. A estatística é descritiva, com análise das diferenças entre os grupos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Percepção dos Entrevistados do Governo Eletrônico

Após o recolhimento e processamento dos dados, mediante pesquisa e categorização via cunho estatístico, chegamos a alguns resultados pertinentes a serem discutidos neste artigo em paralelo a toda a fundamentação discursada anteriormente.

Podemos observar que, pelos resultados da pesquisa com profissionais da área contábil, tanto dentro das faculdades, quanto nos escritórios, o maior número de indivíduos é do sexo feminino, com idade entre 18 e 45 anos. É um dado simplório, porém reflete o perfil da área da contabilidade.

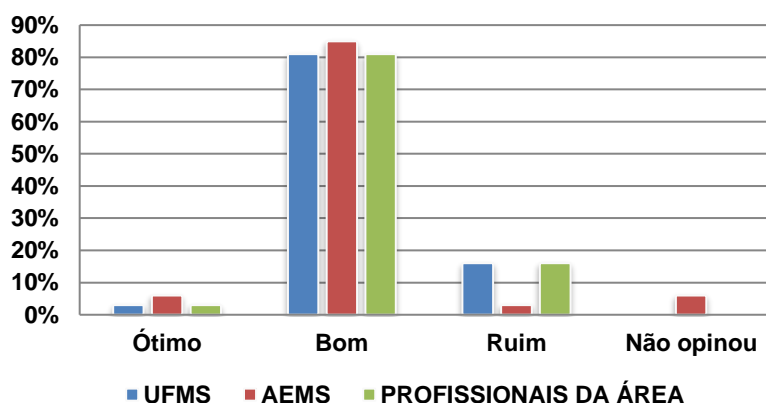
Sobre trabalhar na área, são poucos os estudantes da UFMS que o fazem. Já na AEMS, o número é maior, tendo em vista que muitos estão estudando agora em busca de especialização, pois já trabalhavam anteriormente na área. Os dados a respeito da percepção sobre o manejo e qualidade do E-Gov estão representados na Tabela 1.

Tabela 1. Quadro geral sobre a percepção dos entrevistados do Governo Eletrônico
CONSIDERAÇÃO SOBRE O GOVERNO ELETRÔNICO

	UFMS	AEMS	PROFISSIONAIS DA ÁREA
Ótimo	3%	6%	3%
Bom	81%	85%	81%
Ruim	16%	3%	16%
Não opinou	0%	6%	0%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 1. Percepção sobre o Governo Eletrônico.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Para melhor visualização dos resultados comparativos, o Gráfico 1 apresenta

as considerações pessoais sobre o entendimento da qualidade da ferramenta, onde percebe-se que a maioria dos entrevistados, independentemente do local de formação e se trabalham na área, percebem o E-GOV como um bom mecanismo para a contabilidade.

A Tabela 2 apresenta, de forma individualizada, os resultados sobre as dificuldades encontradas no uso e transmissão das obrigações acessórias do e-Gov.

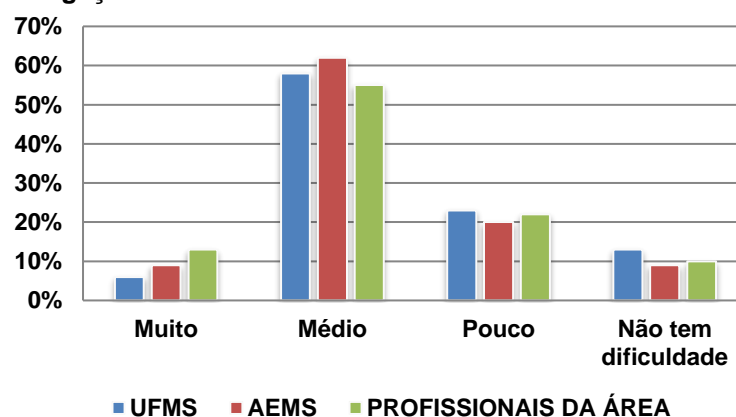
Tabela 2. Nível de dificuldade encontrado pelos entrevistados no e-Gov.

NÍVEL DE DIFICULDADE NO GOVERNO ELETRÔNICO			
	UFMS	AEMS	PROFISSIONAIS DA ÁREA
Muito	6%	9%	13%
Médio	58%	62%	55%
Pouco	23%	20%	22%
Não tem dificuldade	13%	9%	10%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Buscando melhor visualização do resultado das diferenças entre os grupos nos níveis de dificuldade nos governo eletrônico, exemplifica-se pelo Gráfico 2 onde podemos perceber que há uma dificuldade considerável que se destaca, apontando que mesmo sendo considerado um bom mecanismo, o sistema e a plataforma do E-GOV ainda possuem questões que implicam na a utilização do mesmo.

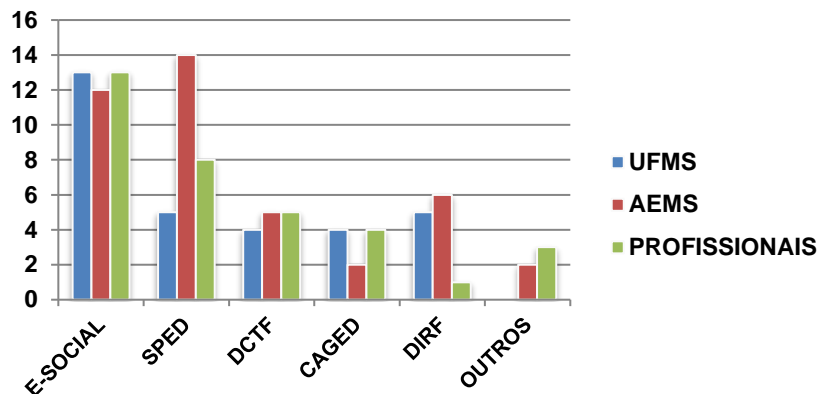
Gráfico 2. Diferença entre o nível de dificuldade das obrigações acessórias no Governo Eletrônico



Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma questão que se sobressai na pesquisa é sobre quais das obrigações acessórias, dentre as citadas, o entrevistado expõe ter maior dificuldade. E para demonstrar o grau das respostas, foi desenvolvido o Gráfico 3.

Gráfico 3. Obrigações acessórias que apresentam dificuldades.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 3 se dispõe da relação entre o número total de entrevistados e as obrigações citadas no questionário. Dentre os alunos da UFMS, sete não responderam à questão. Já na AEMS, três não responderam, e entre os profissionais contábeis oito não responderam. Entretanto alguns dos entrevistados na Faculdade e nos escritórios foram os que citaram outras obrigações em que encontram dificuldade como IR e ECF.

Podemos observar pelos resultados do Gráfico 3 que o E-SOCIAL é o mais dificultoso para os contadores e estudantes da UFMS. Já para a AEMS é o SPED. Dentre os menos dificultosos, os alunos da AEMS selecionaram o CAGED, os da federal outras obrigações acessórias e os profissionais indicaram o DIRF.

Através destes dados também registramos algumas sugestões e observações, principalmente originárias dos contadores sobre as obrigações acessórias. Um profissional entrevistado propôs a unificação das obrigações, diminuindo em no máximo duas. Já outro discorreu que as obrigações em si não serem complicadas, entretanto são muitas, um excesso no número das mesmas, dificultando a troca de informações com o contribuinte. Essa sugestão foi a que mais apareceu, se repetindo por diversas vezes.

Surgiram outras sugestões como (i) criar uma plataforma única para NFS-e; (ii) extinção do e-Social e (iii) criação de um portal de apoio com exemplos práticos, em vídeo aulas, sobre o funcionamento e execução das obrigações.

Esta última sugestão é verdadeiramente pertinente, pois outros órgãos governamentais como o IBGE, possuem este tipo de apoio para melhor capacitação dos profissionais, nas mais diversas especialidades. É uma questão bastante pertinente, que poderia ser estudada e implantada.

Foi quase unanimidade como resposta entre os entrevistados, com exceção daqueles que não opinaram, a respeito da qualidade do e-Gov, e de que o mesmo é bom e adequado, mas precisa melhorar, e muito.

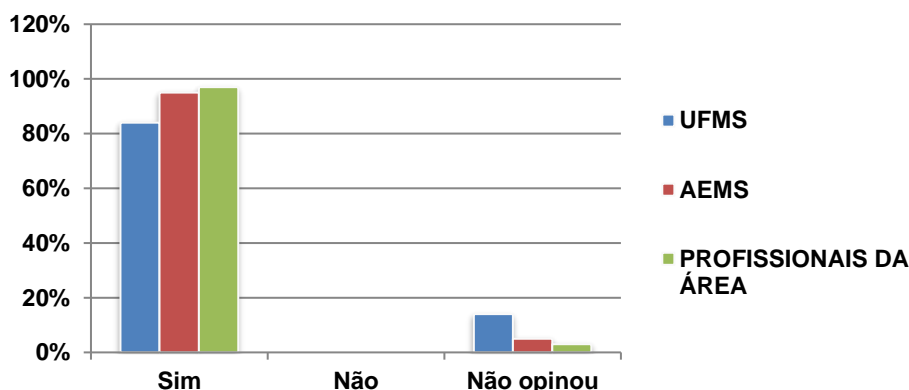
Tabela 3. Percepção dos entrevistados se o e-Gov deve melhorar.

GOVERNO BRASILEIRO ELETRÔNICO DEVE MELHORAR?			
	UFMS	AEMS	PROFISSIONAIS DA ÁREA
Sim	84%	95%	97%
Não	0%	0%	0%
Não opinou	16%	5%	3%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foi quase unanimidade como resposta entre os entrevistados, com exceção daqueles que não opinaram, a respeito da qualidade do e-Gov, e de que o mesmo é bom e adequado, mas precisa melhorar, e muito (Gráfico 4).

Gráfico 4. Opinião sobre necessidade de melhora no e-Gov brasileiro.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 4. Âmbitos apontados em torno do e-Gov que devem ser utilizados como mecanismo de melhoria.

NECESSIDADE DE MELHORIA NOS E-GOV			
	UFMS	AEMS	PROFISSIONAIS DA ÁREA
TICs	3%	15%	3%
Internet	16%	3%	6%
Plataforma	58%	53%	52%
Obrigações Acessórias	6%	21%	39%
Não opinou	16%	9%	0%

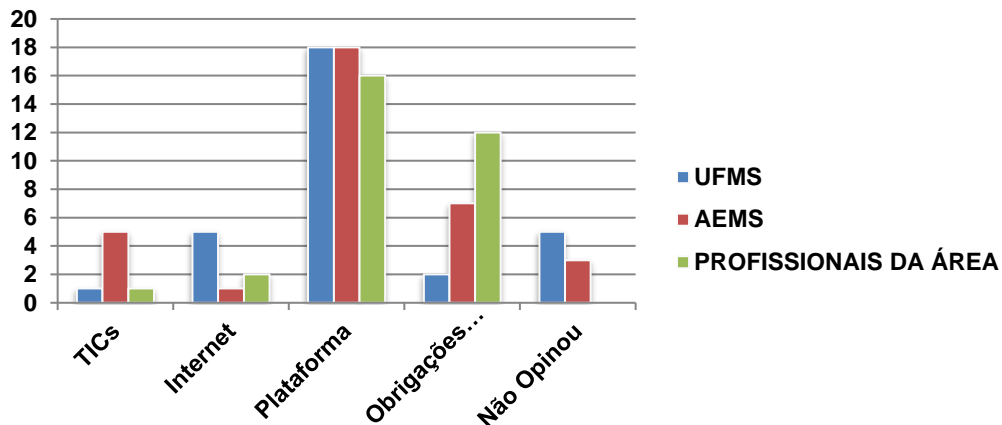
Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos itens citados como propostas de âmbitos de melhoria (TIC, internet, plataforma e obrigações acessórias), a plataforma, campo onde se configura o governo eletrônico, com suas ferramentas e parâmetros, e o número excessivo de

obrigações acessórias foram os mais escolhidos entre os entrevistados (Tabela 4).

O Gráfico 5 exemplifica de maneira mais clara a distribuição da percepção pessoal dos entrevistados e o empecilho que torna o e-Gov arcaico, necessitando de aperfeiçoamento entre os âmbitos citados. Os dados foram demonstrados de acordo com o número total de entrevistados, 96 indivíduos.

Gráfico 5. Áreas em que o e-Gov deve melhorar.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Um ponto a ser destacado, que podemos descrever como negativo, com a pesquisa foi a falta de conhecimento de muitos alunos sobre o funcionamento do Governo Eletrônico e suas responsabilidades. Muitos dos alunos, mesmo em períodos acadêmicos mais avançados, desconhecem as obrigações acessórias fundamentais para o exercício da profissão em âmbito empresarial e de serviço. Muitas das questões finais foram deixadas em branco, apontando a carência de informações aprofundadas sobre este quesito tão importante como o E-Gov.

5 CONCLUSÕES

O uso da TIC é fundamental, e seus utensílios necessitam funcionar adequadamente, sem muita burocracia ou empecilhos técnicos, como sistema falho e plataforma ultrapassada, em prol do trabalho rápido e eficaz, pois hoje é onde o profissional contábil dedica a maior parte de suas atividades.

O e-Gov é essencial e deve sim ser prioridade nas instituições que processam a partir do mesmo, entretanto ao mesmo tempo é preciso que o Estado atenda as necessidades burocráticas da plataforma, atentando-se as reivindicações daqueles que precisam do mesmo para funcionar, estreitando cada dia mais a comunicação

com os contadores, sem jamais deixar de lado os avanços políticos, econômicos e sociais.

Pode-se observar que nem todos os escritórios, servidores ou empresas estão buscando a inserção com as novas ferramentas, assim como o conteúdo do e-Gov não é discutido corretamente nas universidades. Algumas questões como o rápido processo em que essas adaptações devem acontecer, seguindo parâmetros e requisitos preestabelecidos, e a sua obrigatoriedade, a falta de confiabilidade nos serviços disponibilizados por órgãos governamentais e o receio da obsolescência dos servidores contábeis, podem contribuir para o atraso na aderência ao e-Gov.

REFERÊNCIAS

BRAGA, L. V. et. al. O papel do Governo Eletrônico no fortalecimento da governança do setor público. Revista do Serviço Público Brasília 59, p. 05-21, 2008.

DIANA, D. História da Internet. Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/historia-da-internet/>>. Acesso em jun. de 2019.

DOCUMENTO ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA DIGITAL – EGD / 2016-2019 – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, v.1, Brasília, 2016.

GONÇALVES, A. O que é Governança? 2012. Disponível em <www.publicadireito.com.br/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso>. Acesso em maio/jun. de 2019.

HENDRIKSEN E. S.; BREDA, M. F. Teoria da contabilidade. v. 5, ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MACPHERSON, S. Contabilidade do Futuro. Disponível em <<https://contadores.contaazul.com/blog/contabilidade-do-futuro-por-sholto-macpherson>>. Acesso em maio/jun. de 2019.

PASA, E. C. O uso de documentos eletrônicos na Contabilidade. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP, São Paulo, FIPECAFI, v. 14, n. 25, p. 72-83, 2001.

PORTAL MGP CONSULTORIA. O que é eSocial? 2018. Disponível em <<http://www.mgpconsultoria.com.br/esocial/o-que-e-o-esocial/>>. Acesso em jun. de 2019

RONDELLI, E. Quatro passos para a inclusão digital. Artigo científico, 2003.

ROSSETTI, A.G. O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento. Ci. Inf., Brasília, v. 36, n. 1, p. 124-135, 2007.

SEBOLD, M. et al. Evolução da contabilidade brasileira: do governo eletrônico ao sistema público de escrituração digital – SPED. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 31, n. 2, Universidade Estadual de Maringá, p. 23-32, 2012.

SILVA FILHO, A. M. Os três pilares da inclusão digital. Revista Espaço Acadêmico – Ano III – n. 24, 2004.

TAVEIRA, E. M.; MACIEL, L. E. S. O perfil do contador no século XXI. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, p. 2419-2422, 2007.